

A microfísica da amizade: uma biopolítica sutil

The microphysics of friendship: a subtle biopolitics

Danichi Hausen Mizoguchi; Caio Castilho; Clara Sym; Marcelle Freitas; Julia Camara; Diogo Muniz

Universidade Federal Fluminense

RESUMO:

Este artigo é fruto de uma investigação empírica acerca das modulações biopolíticas da amizade. A partir do estudo de alguns conceitos, como o de enunciado, sociedade de controle, biopoder, vida como obra de arte, episteme moderna e capitalismo como produtor de subjetividade, Michel Foucault, Gilles Deleuze e outros autores conduziram a uma busca metodológica pelo *socius* atenta a discursos pretensamente verdadeiros, que estabelecem vínculos específicos entre amizade, saúde e capital. “O que as amizades fazem do presente e o que o presente faz das amizades?” foi a pergunta que norteou o processo de escrita. Buscou-se problematizar os enunciados dirigidos à mesma, engendrados na sutileza do capitalismo contemporâneo que, reprodutores de certas relações entre saber e poder, concretizam e espriam determinados modos de existência, em detrimento de outros possíveis. O artigo caminha, pois, na direção de uma aposta ética no posicionamento inventivo pela criação de amizades e de mundos.

Palavras-chave: amizade; poder; modernidade.

ABSTRACT:

This article is product of an empirical research about the biopolitical modulations of friendship. From the study of some concepts, as the statement, control society, biopower, life as a work of art, modern episteme and capitalism as producer of subjectivity, Michel Foucault, Gilles Deleuze and other authors led to a methodological search for the *socius*, a cynical and attentive walk to speeches allegedly true, which establish specific links between friendship, health and capital. “What do the friendships do of the present and what do the present do of friendships?” was the question that guided the writing process. It was tried to problematize the statements directed to the friendship, engendered in the finesse of contemporary capitalism, which reproduce certain relations between knowledge and power, concretising and spreading particular modes of existence, at the expense of others posibles. The article, therefore, goes in the direction of an ethical bet on the inventive positioning by the creation of friendships and worlds.

Key-words: friendship; power; modernity

O presente artigo pretende fazer incidir uma dupla questão especular: o que o presente faz das amizades e o que as amizades fazem do presente? Sob estas interrogações coligadas, determinados aspectos daquilo que chamamos atualidade e daquilo que chamamos amizade precisam de definições mais específicas. Assim, o que se pretende abordar – e que é, de fato,

o efeito da pesquisa por nós realizada – são as chamadas modulações biopolíticas da amizade. Sobretudo, o que se intenta é apresentar e interrogar os enunciados dirigidos à amizade – ou que engendram amizades –, os quais, sob regimes efetivos e leves de verdade concretizam e espraiam determinados modos de existência, os quais reverberam a cartografia estabelecida por Foucault em meados de década de 1970.

Metodologicamente, a aposta é que, sob a inspiração da arqueologia foucaultiana, a coleta de ditos sérios pronunciados por especialistas crie condições de possibilidade para que um mosaico de palavras que se querem verdadeiras seja montado – e que com isso faça-se vista a microfísica da amizade engendrada na sutileza do capitalismo contemporâneo. É assim que talvez se possa dizer que o artigo que ora se inicia – bem como o processo de pesquisa que o originou – insere-se naquilo que, quase ao final de sua vida, Michel Foucault chamou de atitude de modernidade.

Naquele que é um dos últimos textos que escreve – e que, portanto, configura-se como uma espécie de espólio intelectual –, Michel Foucault (2008) interessa-se por um pequeno texto de Emmanuel Kant. No ano de 1784, em um periódico berlinense, o filósofo alemão dedicou-se a responder a seguinte questão – que, inclusive, dá título ao escrito: o que são as Luzes? E este texto demarca e apresenta o surgimento de uma interrogação filosófica inaugural: o que acontece no agora? Exatos duzentos anos depois da publicação deste artigo, Foucault fez uma estranha homenagem ao filósofo de Königsberg recuperando, em texto homônimo, a resposta por ele dada – resposta a esta pergunta que “a filosofia moderna não foi capaz de responder, mas da qual ela nunca conseguiu se desembaraçar” (FOUCAULT, 2008: 335). Eis a questão: o que somos, pensamos e fazemos hoje? Em suma: é o presente como acontecimento filosófico – “uma ontologia do presente, uma ontologia da atualidade, uma ontologia da modernidade, uma ontologia de nós mesmos” (FOUCAULT, 2010: 21), em uma tradição a qual Foucault diz se vincular à medida que pode e à qual o presente trabalho, também à medida que pode, gostaria de se vincular.

Para Kant, as Luzes eram uma saída – um processo que libertava a humanidade de um estado de menoridade – “e por ‘menoridade’ ele entende um certo estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer parte da razão” (FOUCAULT, 2008: 337). Seria então a tarefa e obrigação da humanidade doravante: livrar-se de seu estado de menoridade, em uma mudança que ela mesma deverá operar em si, a qual se dirigirá ao pleno uso da razão.

Foucault (2008) não se delonga muito neste pequeno texto kantiano, mas consegue ver nele aquilo que, de modo um tanto grandioso, vai apontar como “o esboço do que se poderia chamar de atitude de modernidade” (p. 341). Atitude, saliente-se, e não tempo: a modernidade entendida, portanto, como modulação de si, e não como um período histórico. E por atitude Foucault (2008) deixa claro o que quer dizer: um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. (pp. 341-342)

Há, portanto, uma certa ética da modernidade – mas qual seria ela e como a amizade pode dela participar?

Foucault toma como próximo intercessor no texto o poeta francês Charles Baudelaire. É certamente ele quem define a modernidade como o transitório e o fugidio. Mais do que tudo, é ele quem define que a atitude de modernidade não é aquela de quem reconhece e aceita este movimento perpétuo: trata-se de assumir uma determinada e específica atitude em relação ao movimento. A modernidade, diz Foucault (2008: 342) referindo-se a Baudelaire, “é uma vontade de ‘heroificar’ o presente”. O emblema de tal postura – de tal definição, de tal implicação ética – é o lýtotes que o poeta francês vez que outra utiliza: vocês não têm o direito de menosprezar o presente.

Mas é importante que se ressalte: essa heroificação é irônica. Não se trata, de forma alguma, de uma sacralização daquilo que acontece e passa. Não se trata, portanto, de uma sacralização da moda: trata-se, certamente, de uma transfiguração do presente – ou, dito de outro modo, trata-se de fazer vicejar o presente como matéria-prima para a transfiguração de si. Trata-se, diz Foucault (2008), de uma transfiguração “que não é a anulação do real, mas o difícil jogo entre a verdade do real e o exercício da liberdade” (p. 343). Respeitar o real e violá-lo, portanto: imaginá-lo diferentemente, transformá-lo sem destruí-lo.

Mas se, sem sombra de dúvidas, em Baudelaire essa atitude se faz como relação com o presente, ela se faz também – e talvez sobremaneira – com um modo de relação que é preciso estabelecer consigo mesmo: ser “moderno não é aceitar a si mesmo tal como se é no fluxo dos momentos que passam; é tomar a si mesmo como objeto de uma elaboração complexa e dura” (FOUCAULT, 2008: 344). O sujeito moderno, portanto, não é aquele que “parte para descobrir a si mesmo, seus segredos e sua verdade escondida: ele é aquele que busca inventar-se a si mesmo” (FOUCAULT, 2008: 344). No encontro entre Foucault, Kant e Baudelaire, eis a dupla tarefa da modernidade – da atitude e do éthos de modernidade: uma crítica permanente de nosso ser histórico e a tarefa de, com isso, elaborar-se a si mesmo¹.

Assim, trata-se de, sob a experiência intensa do presente, interrogar, naquilo que nos é apresentado como universal, necessário, obrigatório, qual a parte do que é singular, contingente e fruto das imposições arbitrárias: crítica genealógica em seus fins e arqueológica em seus métodos. Genealógica porque deduzirá da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não ser mais – de fazer e pensar diferentemente, de viver diferentemente. Arqueológica – e jamais transcendental – porque não procurará depreender estruturas universais das discursividades que acontecem no e realizam o presente, mas, ao contrário, tratar “tanto os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como os acontecimentos históricos” (FOUCAULT, 2008: 348). E é justamente a partir das conexões reais, materializadas, concretas da discursividade que amarra as amizades e a biopolítica que o texto que ora iniciamos pretende interrogar, fragilizar e transfigurar o presente.

Com a intenção de questionar como a amizade é convocada a participar dos jogos biopolíticos, é fundamental fazer-se atento às tramas subjetivas de constituição do presente. Da atitude de modernidade a qual queremos fazer nossa, surge um estranhamento sobre certa conduta enunciativa que vincula amizade, saúde e capital: é deste estranhamento que se dispara a interrogação dirigida ao modo como as relações de saber e de poder mobilizam uma vinculação tão singular. Para tanto, uma aproximação mais cuidadosa dos conceitos que embasaram o processo de pesquisa é necessária, a fim de montar os caminhos que levam a entender as capturas capitalísticas nas quais as amizades são enlaçadas. Assim, os próximos movimentos do texto levarão à sustentação da arqueologia, do enunciado e da biopolítica – a fim de defender com mais tónus e clareza a perspectiva teórica e metodológica que sustentou nossa pesquisa.

Michel Foucault nutriu, desde suas primeiras obras, um interesse no entendimento dos modos através dos quais a civilização ocidental procurou compreender e agir sobre os corpos que dela fazem parte. A partir do momento em que o pensador decide fazer da arqueologia uma tentativa de descobrir as regras estruturais que regem o discurso, um certo estranhamento dirigido à verdade se engendrou. Em *As palavras e as coisas*, livro publicado em 1966, Foucault (1999) vai se dedicar a tracejar as mudanças e rupturas do pensamento ocidental levando em consideração as dimensões do trabalho, da linguagem e da vida enquanto alvos de enunciação por determinados sistemas de saber criados em três diferentes epistemes – a do Renascimento, a Clássica e a Moderna. Foucault não utiliza os critérios de causalidade histórica tradicional, mas descreve como as percepções e experiências foram se

diferenciando e se superpondo numa ordem descontínua e sempre renovada. Uma arqueologia à moda foucaultiana não se referiria, portanto, a ideias apartadas do mundo material, *topos uranos*, mas a uma descrição temporal de diferentes configurações do saber que se dispõem em camadas, sem a necessidade de buscarmos nelas origem ou finalidade exterior.

Repudiando a noção de progresso, Foucault utiliza-se da noção de descontinuidade histórica para elaborar sua análise das ciências humanas. As epistemes, portanto, se apresentam na história como grandes descontinuidades, questionando a possibilidade de um aperfeiçoamento de saberes, de uma evolução dirigida a uma verdade absoluta. Saberes diferentes, ainda que arbitrários e externamente relacionáveis, emergem em epistemes diferentes devido às determinadas condições históricas internas a cada um desses momentos e não são efetivamente inteligíveis fora desses contextos específicos. Foucault introduz cortes e rupturas, marcando essa inexorável limitação de comunicação entre planos epistêmicos distintos, e vai de encontro a uma visão que busca afirmar o progresso contínuo da razão.

As noções de descontinuidade e episteme permitem apreender que teorias ou posições que em uma mesma época apareceram como opostas foram conjuntamente possíveis pelas mesmas condições enunciativas (CASTRO, 2009). Assim,

uma tal análise (...) não decorre de história das ideias ou das ciências: é antes, uma investigação que se esforça para reencontrar a partir de quais conhecimentos e teorias foram possíveis; segundo qual espaço da ordem se constituiu o saber; sobre o fundamento de qual a priori histórico (...) ideias puderam aparecer, ciências se constituir, experiências (...) se formar, para, talvez, logo se desenredarem e se desvanecerem. (DREYFUS e RABINOW, 2013: 23).

Já em *A arqueologia do saber* – o derradeiro livro de sua primeira fase, publicado em 1969 –, Foucault (2013) reinterpreta o conceito de episteme como sendo a experiência de conexão entre a linguagem e os conteúdos empíricos, ou entre as palavras e as coisas: trata-se daquilo que ordena e articula os sentidos de um modo específico e compartilhado em um determinado momento histórico. Esta região intermediária é o campo no qual a arqueologia busca as condições de possibilidade do saber de cada época, afastando-se da ideia de uma certa forma de racionalidade que perpassaria todas as ciências. Por “episteme entende-se, de fato, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época as práticas discursivas que dão lugar às figuras epistemológicas, às ciências, eventualmente a sistemas formalizados. (...). A episteme (...) é o conjunto das relações que podemos descobrir, para uma época dada, entre as ciências, quando as analisamos no nível das regularidades discursivas” (DREYFUS e RABINOW, 2013: 23)

Para Foucault, as epistemes são, portanto, práticas discursivas (CASTRO, 2009). Pode-se, conforme mencionado acima, ressaltar três momentos epistêmicos destacados por Foucault – um pesquisador de séries temporais curtas – na história da filosofia ocidental. O primeiro deles é a episteme renascentista, que considera primordialmente para o desenvolvimento dos seus saberes a similitude – ou as semelhanças, as marcas e os sinais entre o homem e a natureza. Na primeira metade do século XVII, no entanto, a dimensão sensível do homem que lhe possibilitava conhecer através das similitudes é considerada fonte e ocasião do erro. No mundo da razão científica anunciado por Descartes, a medida e a ordem passam a ser as garantias do conhecimento, configurando a episteme clássica. Nessa, as palavras se separam das coisas e o mundo deixa de ser imediatamente interpretável. Toda a realidade será uma construção articulada pelo sujeito, em que os signos, que eram marcas das coisas em si, passam a ser representações.

O começo do século XIX, por sua vez, vê surgir a linguagem, a vida e o trabalho em um modo que não mais comportava as representações, a linguagem em si mesma, o enigma da vida e a produção e o que a torna possível. Não convém mais encontrar respostas nas representações, mas no próprio homem, este que passa a ser sujeito e objeto de estudo. Para entender essa ruptura, Foucault nos apresenta a analítica da finitude. Para a episteme clássica, a finitude era somente uma limitação do infinito assegurado pela figura de Deus, o que tornava possível relacionar o mundo representado e as representações – ideias do infinito – que se faziam dele. Na episteme que a sucede, o jogo torna-se outro.

Kant, por exemplo, coloca para a idade moderna a finitude se encerrando na consciência do próprio homem. Assim, garante a condição para que o sujeito se volte para si descobrindo seu objeto de investigação. O conhecimento não é mais análise de uma representação, mas torna-se empírico, concreto, tendo como objeto uma existência independente do próprio conhecimento. Essa analítica da finitude funda esse estranho duplo empírico-transcendental que vai colocando na cena histórica a figura do homem – invenção que tem aproximadamente duzentos anos: “um ser tal que nele se tomará conhecimento do que torna possível todo conhecimento” (FOUCAULT, 1999: 439). Ou seja, a co-emergência da virada que faz tomar em relação a si próprias a linguagem, a vida e a produção, é também a que toma o homem em relação aos seus limites finitos. Não mais a possibilidade de conhecer se encerrava na relação do conhecedor com o infinito de Deus, mas agora o próprio conhecedor é alvo de questionamentos acerca daquilo que lhe permite conhecer.

É a finitude dobrada em si que passa a ser referência para o conhecimento no mundo moderno: é justamente a própria limitação de conhecer que funda os modos positivos pelos quais é possível fazê-lo. Nesse terreno de virada – limiar efetivo de nossa modernidade – é que com a instauração do duplo empírico-transcendental, desse espectador-olhado, soberano-submisso, pode-se, então, pensar o homem.

E é justamente com este estranho nascimento do homem que se cria o campo de possibilidade para um dos conceitos-chave do percurso dessa pesquisa que tem como tema central a amizade: o conceito de enunciado – pois é justamente atrás deles que, do início ao fim, estivemos. A finitude do homem é aquilo que, na positividade de uma história de coerções, efetiva a possibilidade para conhecê-lo. Deste modo, podem se instaurar os jogos de poder nos campos de embate político-epistemológico que inventam a figura daquele que pode dizer a verdade: o especialista. O enunciado é, então, figura central nos embates discursivos e de ação – e, como não poderia deixar de ser, é por eles que uma certa análise das amizades no presente passará.

Sob o método arqueológico, Foucault define o enunciado a partir de quatro características essenciais. A primeira delas retoma o fato de o enunciado só poder ser reconhecido em um ato de diferenciação, entendendo que seu referencial “forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (FOUCAULT, 2013: 110-111). Ou seja, o enunciado só é avaliado a partir de seus resultados em ato.

A segunda característica remete justamente à figura do especialista, tendo em vista que o sujeito do enunciado não está objetivamente representado em funções gramaticais ou literárias do texto, “não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse, mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2013: 116). Sua próxima característica remete ao campo já descrito da episteme – ou à indissociabilidade do enunciado em relação a um campo enunciativo possível, datado e localizado: “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo” (FOUCAULT, 2013: 120). A quarta e última característica apontada pelo autor fala da materialidade constitutiva do próprio enunciado. Uma vez que é necessariamente datado e localizado na história, “o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar, uma data [que quando se modifica] ele próprio muda de identidade” (FOUCAULT, 2013:123).

Por enunciados, portanto, entende-se justamente aqueles conjuntos de signos que na singularidade de seu modo de existência podem ser colocados em relação com objetos, prescrever posições de sujeito e situar-se entre demais performances verbais, sendo então, e por isso, repetíveis. Tal modo de existência é que dá ao enunciado seu caráter de dito sério e respeitável – o que o torna, ao fim e ao cabo, passível de repetição. Assim, o que é característico da análise arqueológica é: como aconteceu que somente determinados enunciados puderam existir e outros não, quem tem autoridade para enunciar e o que é enunciável?

Sob tal inspiração metodológica, a proposta da presente pesquisa foi fazer operar o modo de análise arqueológica dirigido aos enunciados que falam supostas verdades sobre as amizades na atualidade. Neste trajeto, buscou-se recolher ditos sérios pronunciados por especialistas a respeito das amizades, convocações a determinados modos de amizade e, mais do que tudo, a própria presença da amizade como alvo desses discursos. Tratou-se, portanto, de uma cata pelo *socius* que não privilegiou veículos específicos, mas buscou especialmente aquilo que se espalhou na superfície discursiva. O convite feito em mídias específicas pode não necessariamente alcançar o fora do academicismo, mas o que dizer daqueles feitos através de jornais de grande circulação? O enunciado é eminentemente o dito repetível, e repetível porque dito por alguém que poderia dizê-lo. A figura do especialista, ainda que dissolvida e ampliada pelo modo da grande rede mundial de computadores, é o que define quais e quais ditos são sérios.

Para seguir Foucault é necessário destacar as transformações que se dão ao longo do tempo sobre o direito de vida e de morte, e que junto às circunstâncias históricas e políticas repercutem em diferentes tecnologias de poder. No curso ministrado no Collège de France e intitulado *Em defesa da sociedade*, mais especificamente na aula do dia 17 de março de 1976, Foucault (2010) inicia sua análise na teoria clássica da soberania – modo de operação do poder segundo a qual o soberano fazia morrer e deixava viver. Quando os súditos se reúnem para constituir um soberano, nos séculos XVII e XVIII, eles o faziam por necessidade, para protegerem a sua vida. É a partir dessa necessidade, desse constante perigo, que o soberano se constitui tendo o direito sobre a vida, contudo, trabalhando efetivamente com o seu poder de delegar mortes.

Nos séculos XVII e XVIII, na ascensão da modernidade, foram aparecendo tecnologias que possibilitaram a inversão da máxima e a instalação do direito de fazer viver e

deixar morrer. O corpo, que agora necessitava estar tecnicamente apto para o trabalho e para a guerra, era separado, alinhado, vigiado, controlado por todo um sistema de instituições, hierarquias e treinamentos para aumentar a força útil e a produtividade, processo que era chamado por Foucault de *anatomopolítica* do corpo humano. Instituições como as escolas, as fábricas, os quartéis, os hospitais e as prisões terão em seu interior uma espécie de adestramento do sujeito moderno: eram “todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade” (FOUCAULT, 2010: 203).

Durante a segunda metade do século XVIII, na constituição dos Estados-Nação e na necessidade crescente de reger um corpo econômico e político em processo de explosão demográfica e industrialização, emerge uma outra tecnologia de poder – que não exclui o poder disciplinar, mas o integra e o utiliza. Dirige-se não mais ao homem-corpo, mas ao homem-espécie, parte integrante de uma população que é afetada por processos como nascimento, morte e doença. Trata-se, assim de uma “tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que condiz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (FOUCAULT, 2010: 201).

Essa tomada de poder massificadora, denominada por Foucault *biopolítica*, se preocupa em medir as taxas de nascimentos, óbitos, reprodução, fecundidade, morbidade a fim de controlá-las com políticas intervencionistas. Introduz-se na sociedade a função de higiene pública, de medicalização da população, assim como a preocupação quanto aos efeitos do meio geográfico, climático e hidrográfico sobre a saúde populacional. Atenta-se para os corpos inúteis, os corpos velhos que estariam inadequados para o trabalho, corpos doentes e conseqüentemente doentios. Em uma oposição ao modo de funcionamento do poder soberano, o novo modo intervém para fazer viver. Trata-se, assim, de uma tecnologia que visa a homeostase populacional, a partir do controle dos eventos mais ocasionais e fortuitos das vidas das pessoas: é quando a população se torna um problema político e científico, sobre o qual a biopolítica se debruça a fim de assegurar uma regulamentação.

Esses dois mecanismos de poder – o disciplinar e o biopolítico –, por não estarem no mesmo nível, articulam-se através de uma normalização. A norma vai se aplicar tanto ao corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar, permitindo que o poder alcance diferentes dimensões da vida. Não à toa, Foucault (2010) afirma que “pode-se dizer que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai

se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a norma” (pp. 212-213).

Mas como isso funcionaria no que tange às relações de amizade? Como a disciplina e a biopolítica efetivar-se-iam neste modo social quase intangível e incapturável, absolutamente imaterial desta nova modulação do poder que tem como alvo o sujeito enquanto ser vivo? Talvez, a fim de se aproximar destas questões, se possa – ou mais, se deva – apresentar as modulações da sociedade de controle – para, por fim, tornar vicejantes as passagens biopolíticas da amizade que nela ganham corpo.

O problema do controle aparece aos leitores de Deleuze em um pequeno texto especulativo publicado no começo dos anos 90 – ainda sob os efeitos, portanto, da queda de muro de Berlim e da vitória do capitalismo na Guerra Fria. É ali que Deleuze (1992) aproxima-se de Foucault para render-lhe uma estranha homenagem: anunciar a derrocada lenta, gradual e irrefreável daquilo que o amigo mapeara como a sociedade disciplinar: “sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser” (p. 220).

Na diminuta e importante tese deleuzeana, após a segunda guerra mundial novas forças sociais foram se instalando lentamente. As instituições entram em crise e começam a reformar-se continuamente a fim de dar conta de um modo de execução do poder que não se daria mais dentro dos muros institucionais: tratava-se da sociedade de controle. Mas se é fato que os leitores só tiveram acesso a esta modulação do pensamento deleuzeano no começo da década de 1990, faz-se imperativo dizer que já antes, no curso que ministrou no Centre Universitaire de Vincennes em homenagem ao pensamento do amigo recentemente falecido, a noção já aparecia com razoável importância (Deleuze, 2014).

É assim que a temática do controle aparece em duas aulas seguidas, nos dias oito e quinze de abril de 1986. As classes abordam as passagens entre os três regimes de poder: soberania, disciplina e controle. Nestas aulas curiosas, Deleuze (2014: 347) anuncia que há uma certa guerra entre os elementos químicos – que há uma certa revanche do silício sobre o carbono. Talvez nem fosse preciso lembrar que, neste movimento de informatização do poder, aquilo que já se anunciava mais leve e a céu aberto vem cada vez mais ganhando volume e premência. Se em 1986 Deleuze se mostrava surpreso com o advento dos cartões magnéticos, hoje são tempos em que o silício já quase subsume o carbono no modo de vida –

e é evidente que a circulação dos enunciados será entortada por essa força violenta e subjetivante.

É através da informação, que atravessa e suprime todos os espaços físicos que os indivíduos são modulados a formas de vida e comportamento determinados e massificados. É só por causa dessas novas forças que se pôde fazer uma micropolítica da amizade, já que os enunciados agora são veiculados com mais velocidade e alcance. Nossa empreitada, doravante será aquela de explicitar o jogo biopolítico no qual, ao modo da sociedade de controle, as amizades são forjadas no presente. Sob uma escolha radicalmente empírica, o próximo movimento do texto é aquele que trata de trazer à tona e apresentar, como uma constelação, os enunciados pulverizados em um jogo de poder tão leve quanto insidioso: aquele que, enredando a ciência e as mídias leves, modula mundos e modos de existência sob uma discursividade que não cessa.

Atentando-se ao trabalho arqueológico de Foucault, infere-se que mesmo os objetos mais naturalizados são construídos historicamente. A partir disso, pode emergir o questionamento acerca dos modos como a amizade é produzida na atualidade. Através de uma coleta de enunciados sobre a mesma, a metodologia inspirada no trabalho foucaultiano possibilita espreitar o jogo enunciativo acerca da amizade e das relações de poder presentes nessa prática discursiva. A partir da perspectiva da sociedade de controle anunciada por Gilles Deleuze, coletam-se os ditos sérios veiculados pelas mídias atuais – sites, revistas online, blogs –, visando perscrutar as relações de poder mais sutis. Quais características do discurso midiático, ao veicular essas notícias, modulam essa amizade que é constantemente criada a partir da enunciação? Qual sua vinculação com o saber pretensamente científico? E principalmente, que processos subjetivos são gerados a partir das linhas que compõem essa nova amizade? Estas foram as perguntas que balizaram o percurso de análise do material empírico coletado e auxiliaram na concatenação sobre os modos como o poder se engendraria na microfísica da amizade. Esse percurso será apresentado em seguida em uma tentativa de imbricar os enunciados coletados² com as articulações produzidas pela pesquisa.

Em uma matéria do site UOL de São Paulo, depara-se com a seguinte manchete: “Melhor que morfina: amizades podem aumentar tolerância à dor física”. No texto que dá prosseguimento, encontra-se uma especialista a explicar melhor a chamativa manchete: “Katerina se baseou em teses anteriores que sugerem que as interações sociais fazem com que a endorfina se conecte aos receptores do cérebro e desencadeie emoções positivas. Essa

atividade da endorfina é a responsável por nos sentirmos bem quando encontramos nossos amigos, então poderia também desencadear resistência à dor”; explica. (“Melhor que morfina”, 2016).

Comparada a um fármaco narcótico de alto poder analgésico, a amizade é tomada aqui a partir das reações neurológicas que produz e de sua funcionalidade no aprimoramento de um corpo saudável. No caso, uma maior resistência à dor e como pílula de prevenção de possíveis doenças, fazendo com que a singularidade e subjetividade existente nas relações de amizade sejam deixadas de lado e só a funcionalidade e o serviço das mesmas – para a fabricação de corpos dóceis – passe a importar.

Pode-se encontrar semelhante abordagem na reportagem “Oito benefícios que a amizade traz para sua vida”, publicada pelo portal Minha Vida: “De acordo com um estudo da Universidade do Maine, nos Estados Unidos, apenas um amigo de verdade já é suficiente para ajudar os pequenos a se desenvolverem psicologicamente e mandarem para longe a depressão, a baixa autoestima, a ansiedade e a depressão”. (GONÇALVES, 2016).

Aqui observa-se novamente a amizade sendo traduzida em seu potencial terapêutico e indicada como tratamento – neste caso para problemas psíquicos. A questão que nos interessa – uma certa problemática – não é invalidar ocasionais benesses que a vida compartilhada possa ocasionar, mas sim tentar apreender a que servem esses discursos biologizantes acerca das relações humanas e que produções subjetivas eles podem disparar.

É importante lembrar que a biopolítica – como cunhada por Michel Foucault – é uma tecnologia de poder que surge a partir da necessidade de se ter a disposição do capital um corpo populacional apto ao trabalho. Inicialmente servindo como tecnologia fortemente vinculada com intervenções estatais, atualmente ela é modulada pela nova versão do capitalismo – em que a participação estatal é cada vez menor e os sujeitos se tornam responsáveis pela auto-adesão às prescrições biopolíticas. Para identificar a produção subjetiva que emerge com o neoliberalismo, Foucault cria o conceito de empreendedor de si ou *homo economicus*:

é tanto um ser ativo quanto um ser calculador que busca aplicar técnicas sobre si que visem ganhos. No entanto, para isso, é imprescindível pensar sempre em termos de cálculos. Assim, essa relação entre práticas empreendedoras e a subjetividade singular de cada um, traz uma sofisticada relação de poder, que não se exerce como restrita apenas às políticas de Estado, mas como mecanismos dispersos para além dele, no intuito de normalizar valores liberais como a riqueza, a eficiência, o progresso, etc. (ROSA e PUZIO, 2013: 216).

Essa subjetividade empreendedora busca quantificar suas experiências e interpretá-las sob critérios de ganhos e riscos; o sujeito enxerga a si mesmo como um empreendedor, tomando seu corpo e subjetividade como empreendimentos nos quais é necessário investir. Todos os enunciados biopolíticos coletados apresentam uma conexão da biopolítica com o controle e com o *homo economicus*. Os enunciados que veiculam a sobrecodificação da amizade em termos de ganhos biológicos não se limitam a circular apenas nos espaços científicos como, por exemplo, nas publicações acadêmicas, de hospitais, laboratórios ou universidades. O controle move tais enunciados para fora dos muros das instituições disciplinares e os carrega para os outdoors, smartphones, jornais e revistas de amplo acesso, onde a subjetividade neoliberal os incorpora em seus “investimentos de si”.

Com a ajuda dos conceitos foucaultianos pode-se olhar de outra maneira o enunciado divulgado no portal Terra: “Quer manter a saúde cerebral em dia? Tenha bons amigos” (Redação Doutíssima, 2015). A partir desse enunciado, atenta-se aos processos de subjetivação que ele poderia produzir e a favor de que essa amizade medicamentosa serviria. A divulgação propagandística de uma amizade medicamentosa cujos efeitos são um aprimoramento da saúde e uma maior normatização do corpo – elementos que são capitalizáveis em uma sociedade biopolítica liberal – nos direciona ao uso lucrativo das amizades consideradas apenas em sua dimensão biológica.

Em uma matéria do jornal *O Globo*, estranha-se a afirmação de que o “Isolamento social causaria mais doenças do que fumo, obesidade ou alcoolismo” (GRANDELLE, 2010). As relações humanas – apresentadas em tais enunciados – são reduzidas a funções biológicas para uma melhor sobrevivência do corpo orgânico e a solidão aparece como patologia, tomada unicamente como fonte de adoecimento e sofrimento – explicitamente indicando que as pessoas tenham mais amigos e interajam mais.

Tal postura é enfatizada no prosseguimento do texto: A amizade faz bem à saúde, pois oferece desde um ombro amigo até um sentido para viver, diz-se lá. O que você mais valoriza nos seus amigos?, pergunta-se. Além de trazer as amizades para o jogo biopolítico de produção de corpos dóceis, o enunciado leva a dedução de que essa particular “benesse” seja aquilo que mais deva ser valorizado nas relações de amizade – novamente estimulando uma busca pela amizade direcionada ao “fazer viver”.

Se o poder de enunciação a respeito da verdade sobre o corpo do homem – invenção propriamente moderna – foi inicialmente delegado à figura do especialista, a sociedade de controle agora exacerba este poder sob a égide da informação e distribui os enunciados por todos os cantos do mundo – na leveza e velocidade proporcionada pelo silício. Parece-nos

que a figura do especialista é modulada a tornar-se mais fluida, e os enunciados que provêm do especialista passam a misturar-se com a cacofonia dos veículos midiáticos leves. Além do fato de que o próprio solo epistêmico onde tais pesquisas acerca da amizade se sustentam não ser em nada neutro, as novas modulações midiáticas parecem incutir nos enunciados seu “tom propagandístico”.

Com a manchete “A ciência responde: quem te faz mais feliz, família ou amigos?” – e utilizando-se o recurso estilístico do negrito para destacar as informações mais importantes da reportagem – a revista *Veja* divulga: “Você já parou para pensar em **quem tem mais impacto no seu bem-estar, família ou amigos?** De acordo com um estudo feito por pesquisadores da Universidade do Estado do Michigan, nos Estados Unidos, quando se trata de **felicidade e saúde, os amigos são mais importantes** do que a família. (“A ciência responde”, 2017, grifos do autor).

Destituída de sutilezas éticas, a amizade é criada sob o olhar analítico da ciência positivista atual e compreendida em seu aspecto psico-biológico normativo. Simplificada ao extremo, essa amizade parece ser definida em termos de “faz bem ou faz mal?”, “é recomendada ou não?”, “é benéfica ou não é?”. A visão majoritária da ciência hegemônica já traz em si mesma o utilitarismo implícito da divisão sujeito-objeto e o meio midiático ajuda com o entusiasmo do marketing. “Segundo informações do *The Guardian*, pesquisas têm consistentemente mostrado os **benefícios das amizades**. Uma revisão de 148 estudos com mais de 308.000 pessoas descobriu que aqueles com relações sociais fortes **augmentaram suas chances de sobrevivência** ao longo de sete anos em 50%. (“A ciência responde”, 2017, grifos do autor).

Tal reducionismo, presente nos enunciados produzidos pelos cientistas e pelas mídias a respeito da amizade, produz uma lógica utilitária das relações onde a benesse parece ser o critério mais relevante.

Um exemplo desse fenômeno seria a reportagem “Obesidade pode ser ‘contagiosa’, diz estudo”, publicada pelo portal de notícias G1, em 2007. Apoiando-se em uma pesquisa científica publicada pelo *New England Journal of Medicine*, o portal enuncia que a “obesidade pode se espalhar entre as pessoas como um vírus” e que a obesidade poderia ser uma epidemia transmitida por contágio. “Segundo o estudo”, diz o sítio, “o simples fato de ter um amigo obeso aumenta em 57% a chance de alguém apresentar obesidade. No entanto, não há o mesmo efeito “dominó” quando um vizinho ganha ou perde peso” (Obesidade pode ser, 2007). O portal e a pesquisa advertem: “A proximidade também não importa: a influência

do amigo permanece mesmo se ele está a quilômetros de distância” (Obesidade pode ser, 2007).

Apesar de não ficar claro como essa influência da obesidade se daria a quilômetros de distância, às afirmações não restam dúvidas: “a maior influência de todas é quando a pessoa é amiga próxima do obeso. Neste caso, as chances de se tornar obesa também é de 171%” (Obesidade pode ser, 2007). O estranhamento sobre os enunciados recai na redução e generalização das relações de amizade. Além disso, releva-se o fato de que as diversas imbricações que encontraram para a mesma é também uma ultraquantificação que diminui o indivíduo em números, fazendo o leitor mais atento estranhar as articulações entre elementos tão discrepantes a produzir afirmações numéricas tão categóricas.

A amizade aparece também relacionada ao tratamento do câncer: “Aumente seu círculo de amigos verdadeiros porque, caso você tenha sido vítima de algum tumor maligno, a chance de morrer em decorrência dele é quatro vezes menor se tiver uma galera apoiando você”. (Redação Doutíssima, 2015)

Sustentado por estudos científicos e falas de especialistas, o discurso apresentado no site convoca aqueles em tratamento de um tumor cancerígeno a aumentar o círculo de amigos – especificamente verdadeiros – para que haja menores chances de falecimento. Mais uma vez, a amizade tem uma função determinada na produção de um corpo saudável, e não qualquer amizade, já que a especificidade da amizade verdadeira indica que a própria relação de amizade também deve se enquadrar em normas características.

No site GQ Brasil, uma matéria veicula: “Amizade é tão importante para saúde quanto dieta e exercícios, diz estudo. Segundo pesquisa, jovens adultos e idosos bem relacionados são mais saudáveis, tendem a ter pressão arterial mais baixa, bem como IMC menor”. (RODRIGUES, 2016). Como dieta e exercícios, a amizade passa a fazer parte dos comportamentos recomendados para melhorar a forma física, a ponto de se poder afirmar que números objetivos como o IMC ou a pressão arterial passam a ser mais adequados quando se faz amigos. Na página de notícias da organização Minha Vida encontra-se um enunciado similar:

Ter amigos nos livra de muitos problemas relacionados à depressão e ao tédio (...). Portanto, estreitar os laços significa diminuir o risco de estar acima do peso. Além disso, um estudo da Universidade de Bristol, no Reino Unido, apontou que, se seus melhores amigos praticam atividades físicas, as chances de você também sair do sofá são grandes. Tudo por conta da capacidade de influência das amizades. (GONÇALVES, 2016).

A amizade é claramente convocada ao jogo biopolítico da boa forma, sendo prescrita como instrumento motivacional para a normatização estética do corpo – e obviamente a serviço da “saúde”.

Outro enunciado torna notória a presença desse “efeito dominó”, um pseudo-conceito que pretende indicar as influências das relações sociais – buscando tirar delas o melhor proveito para a adequação às sedutoras exigências normativas. “É um efeito dominó: se você é otimista, a chance de seu amigo e até do amigo do seu amigo também ficarem felizes é muito maior” (GONÇALVES, 2016). O “efeito dominó” encontra-se presente em grande parte dos enunciados, fazendo emergir o discurso de que o fato de se relacionar pode influenciar alguém a ter benefícios psicológicos, biológicos e a alcançar a boa forma.

Na maior parte dos enunciados coletados, a amizade parece ser definida como sinônimo de benefício à saúde, o que a princípio pode parecer paradoxal se considerado junto a pesquisas de mesma ordem que, se afirmam o potencial terapêutico da amizade – “amizade faz bem à saúde” –, também afirmam, no entanto, que a amizade com pessoas obesas traria malefícios ao bem-estar do confrade ou que os familiares influenciam muito pouco para a melhoria de saúde do indivíduo.

Como se faz equivaler “amizades verdadeiras” com benefícios à saúde, e se afirma que a obesidade – considerada uma doença – é contagiosa quando se faz amizade com uma pessoa obesa, apenas se pode inferir que a amizade com pessoas gordas teria um valor inferior, ou até mesmo não seria considerada – pela lógica biopolítica – uma amizade de verdade – deixando assim explícito o teor normativo da biopolítica.

Questiona-se ainda, diante do enunciado proposto, a possibilidade de uma pessoa obesa estabelecer uma relação de amizade, ainda que com objetivos médicos e estéticos, se ela não poderia oferecer benesses para o outro indivíduo da relação. Para a amizade biologicista e utilitarista, determinados indivíduos estariam excluídos da possibilidade de estabelecer uma amizade verdadeira.

Se a visão biologizante da amizade parece incitar as pessoas a terem mais amigos, e a engajarem-se em relações sociais visando uma maior adaptação à noção normativa da saúde hegemônica, parece que apenas um grupo seletivo de amigos seria indicado. Gordos, sedentários e familiares não parecem ser interessantes a essa visão de saúde, enquanto pessoas “felizes” e ativas fisicamente parecem ser as mais indicadas pelos cientistas. Em um movimento de “uni-vos e normatizai-vos”, essa nova concepção de amizade parece querer

aproximar os “saudáveis” para que ambos se beneficiem da dita amizade, ao mesmo tempo que adverte sobre os perigos de amizades não aconselháveis com os “não-saudáveis”.

Considerar que as linhas que compõem as relações de poder estão sempre em movimento faz com que finalizações e chegadas não tenham sentido. Seguindo até aqui a trajetória que constroi esse artigo, imergindo nos conceitos de Michel Foucault e perscrutando o jogo de forças – sempre em choque – que compõem as práticas discursivas sobre as amizades na atualidade, se é levado a notar os perigos implícitos nos enunciados e modulações que tais práticas engendram – e, como disse Foucault (1995), se “tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer” (p. 256).³

Frente a isso, torna-se significativo apresentar apostas outras de compor relações de amizade, jamais encerrando a questão em definições absolutas e determinantes. Em essência a amizade não é nada, propõe-se ao final do percurso do presente artigo: ela é aquilo que as forças históricas fazem dela em um jogo tenso e intenso de poder e de resistência. Em confronto com a biopolítica, que impõe à vida determinadas maneiras pré-moldadas, talvez possa aparecer uma ética que não esteja interessada em confeccionar modos de existir gerais e normais, mas abrir caminhos para possibilidades vastas de ser e relacionar-se: que questione a disciplina que recaiu sobre os corpos a fim de minar o que é da ordem da singularidade, e que expanda, por fim, a capacidade de diferir, e assim seguir em relação. Se não há poder sem resistência, aposta-se que a amizade pode resistir a essa captura; se a princípio ela não é nada, que possa escapar das amarras biopolíticas utilitaristas e se abrir à potência das múltiplas expressões que podem compor a existência, e seus modos de se relacionar. É assim que, após a apresentação de tantos enunciados biopolíticos dirigidos à amizade, seguimos sob a intenção daquilo que Foucault chamou de atitude de modernidade: com as amizades, seguir fazendo do presente matéria-prima para a invenção de si e do mundo.

Referências

A ciência responde: quem te faz mais feliz, família ou amigos? De acordo com a ciência, os amigos, por serem menos críticos que familiares, desempenham um papel mais importante no bem-estar e felicidade. *Veja*. Recuperado de <http://veja.abril.com.br/saude/a-ciencia-responde-quem-te-faz-mais-feliz-familia-ou-amigos/>, 2017.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In G. Deleuze. *Conversações* (pp. 229-236). São Paulo: Ed. 34, 1992.

- DELEUZE, Gilles. *El poder: curso sobre Foucault II*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Cactus, 2014.
- DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica : para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013..
- FOUCAULT, Michel. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In H. Dreyfus, & P. Rabinow. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica* (para além do estruturalismo e da hermenêutica) (pp. 253-278). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. O que são as Luzes? In M. B. Motta (Org.), *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 335-351). Rio de Janeiro: Forense Universitária. Coleção Ditos & Escritos, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- GONÇALVES, Letícia. Oito benefícios que a amizade traz para sua vida: Até a ciência comprova as vantagens de ter amigos de verdade. Minha Vida. Recuperado de <http://www.minhavidade.com.br/bem-estar/galerias/13143-oito-beneficios-que-a-amizade-traz-para-sua-vida>, 2016.
- GRANDELLE, Renato. Isolamento social causaria mais doenças do que fumo, obesidade ou alcoolismo. *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/isolamento-social-causaria-mais-doencas-do-que-fumo-obesidade-ou-alcoolismo-2974110>, 2010.
- Melhor que morfina: amizades podem aumentar tolerância à dor física. UOL. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2016/04/28/amizades-podem-ser-melhores-que-morfina-e-aumentam-tolerancia-a-dor.htm>, 2016.
- Obesidade pode ser 'contagiosa', diz estudo: Pesquisa indica que amigo obeso pode aumentar em 57% as chances de ganho de peso. Durante o estudo, mais de 12 mil americanos foram acompanhados por 32 anos.. G1. Recuperado de <http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL77484-5603,00-OBESIDADE+PODE+SER+CONTAGIOSA+DIZ+ESTUDO.html>, 2007.
- Redação Doutíssima. Saiba por que amizade verdadeira faz bem à saúde. Fortíssima – Terra. Recuperado de <https://fortissima.com.br/2015/04/18/saiba-por-que-amizade-verdadeira-faz-bem-saude-14696891/>, 2015.
- RODRIGUES, Kelisson. Amizade é tão importante para saúde quanto dieta e exercícios, diz estudo: Segundo pesquisa, jovens adultos e idosos bem relacionados são mais saudáveis, tendem a ter pressão arterial mais baixa, bem como IMC menor. GQ Brasil. Recuperado de <http://gq.globo.com/Corpo/Saude/noticia/2016/01/amizade-e-tao-importante-para-saude-quando-dieta-e-exercicios-diz-estudo.html>, 2016.
- ROSA, Pablo e PUZIO, Marcelo. Governamentalizando o empreendedorismo de si: Como as “psico-ciências” fomentam a produção do homo oeconomicus. *Sociologias Plurais* - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia, 1(2), 216-228. Recuperado de http://docs.wixstatic.com/ugd/d96dce_9f8d547df65849fc824ec061021362cc.pdf, 2013

Danichi Hausen Mizoguchi; Caio Castilho; Clara Sym; Marcelle Freitas; Julia Camara;
Diogo Muniz
Universidade Federal Fluminense - UFF
E-mail: danichihm@hotmail.com

¹ Não é intenção do presente artigo desenvolver uma reflexão acerca das direções bifurcadas que Michel Foucault aponta a partir da modernidade kantiana: a analítica da verdade e a ontologia do presente. Ainda assim, parece-nos importante delimitar que a posição do presente escrito se faz à distância da analítica da verdade – investigação que se coloca em busca das condições do verdadeiro saber, entendendo o regime de verdade apartado da historicidade de suas relações com o poder – e próxima à ontologia do presente – a ética de apresentar os limites históricos do que somos e da operação da destruição destes mesmos limites.

² Capturamos os enunciados por variadas vias de encontro – mensagens encaminhadas, acessos a matérias, postagens nas redes sociais, etc. Há uma força do acaso a dirigir a montagem operada no processo de pesquisa. Não se fez, portanto, uma busca ativa de material empírico que se coadune ao problema central da pesquisa. Por outra, foram os enunciados que encontraram os pesquisadores. Dentre os muitos conteúdos empíricos que tínhamos, optamos por apresentar, no presente artigo, aqueles que nos parecem conter aspectos nodais explícitos daquilo que gostaríamos de apresentar.

³ “Eu gostaria de fazer a genealogia dos problemas, das problematizações. Minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer” (FOUCAULT, 1995, p. 256).